

# bens públicos @beatriznamiestudies

↳ os bens das pessoas de direito privado que estivessem afetados à prestação de determinado serviço público.

**art. 98 CC** → os bens públicos são aqueles de domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno.

▷ apesar de não serem considerados bens públicos, os bens das pessoas jurídicas de direito privado que estejam sendo utilizados na prestação de determinado serviço público gozam das prerrogativas de direito público.

↳ **Domínio Público:** é o poder que o Estado exerce sobre todos os bens que se encontram em seu território, sejam públicos ou privados, esse é o domínio amplo. Já o domínio público em sentido estrito é o conjunto de bens que pertencem ao poder público, que goza de todas as faculdades atinentes ao direito de propriedade.

## classificação:

▷ quanto à sua titularidade:

- **federais:** art. 20 da CF aponta quais são os bens que pertencem à União.
- **estaduais:** art. 26 da CF estão elencados os bens pertencentes aos estados. A enumeração dos bens estaduais também serve para indicar os bens distritais.
- **municipais:** não há uma previsão expressa desses, porém, de acordo com a doutrina os bens públicos são aqueles de utilização local que não pertençam à União, nem aos Estados.

▷ quanto a sua destinação:

- **bens de uso comum do povo:** são bens de uso livre pela população em geral. Geralmente são gratuitos, sendo admissível cobrança de taxa em caso de utilização anormal ou privativa.

° a utilização desses bens não depende de consentimento do Poder Público.

↳ caso algum particular queira fazer o uso especial desses bens, deverá haver regulamentação do ente estatal.

• **exemplo** de bens de uso comum do povo: ruas, praias, calçadas, praças.

@beatriznamiestudies

- **bens de uso especial:** são bens usados p/ a prestação de serviço público.

• **diretos:** bens que fazem parte da máquina estatal, utilizados diretamente na prestação de serviço público.

• **indiretos:** são os bens que o Estado não utiliza diretamente, mas conserva uma finalidade pública.

Ex: as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, as terras públicas utilizadas p/ proteção do meio ambiente.

- **bens dominicais ou domaniais:** são aqueles bens que não tem qualquer destinação pública, sendo, portanto, desafetados.

Ex: terra devoluta de um determinado Estado de federação, bens móveis apreendidos sem utilização definida.

\* pertencem à alguma pessoa jurídica de direito público

## Características:

- **impenhorabilidade:** não se admite a constrição judicial dos bens públicos.

- **não-onerabilidade:** um determinado bem público não fica sujeito à instituição de penhor, anticrese ou hipoteca p/ garantir débitos do ente estatal.

- **imprescritibilidade:** os bens públicos não podem ser usucapidos, a posse mansa e pacífica e o decurso do tempo não ensejam a usucapião.

- **inalienabilidade:** à princípio os bens públicos são inalienáveis.

\* **art. 17 a 19 da lei 8.666/93** definem condições p/ alienação dos bens públicos - sejam móveis ou imóveis.

### ▷ USO DO BEM POR PARTICULARES:

É necessário o consentimento do Estado para o uso especial / extraordinário.

↳ primeiramente, o Estado irá verificar se a utilização anormal de uma pessoa, não irá impedir o uso anormal das outras.



\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

A utilização especial ou anormal dos bens públicos ocorre quando o particular pretende utilizar o bem p/ destinação diversa, como por exemplo: realizar um casamento na praia, ou fechar o trânsito p/ organizar uma festa popular.

@beatriznamiestudies

utilização especial  
pode ser

utilização especial remunerada: quando o ente público exige o pagamento de determinado valor.

utilização especial privativa: quando o particular precisa fazer uso do bem sem a interferência de outras pessoas.

#### ↳ Consentimento do Estado:

- autorização
- concessão de uso p/ fins de moradia
- permissão
- concessão de direito real de uso
- concessão de uso

#### ▷ AQUISIÇÃO DE BENS PELO PODER PÚBLICO:

- aquisição originária: acontece independentemente da vontade e se designa de aquisição direta de bens.

↳ o bem se incorpora ao patrimônio público sem nenhuma espécie de restrição ou ônus.

- aquisição derivada: decorre da parte que transfere o bem ao patrimônio público, e esse bem vem com todos os ônus que ele possuía originalmente.

- aquisição contratual: os contratos de aquisição celebrados pelo Poder Público não se revestem da natureza de contratos adm., eis que são celebrados sob o regime de direito privado.

A aquisição contratual pode ocorrer por meio da: compra e venda; doação em pagamento; resgate de enfiteuse; permuta e doação.

- aquisição legal ou por fenômenos da natureza:

- ▷ desapropriação
- ▷ acessão natural
- ▷ usucapião
- ▷ testamento e herança vacante

\_\_/\_\_/\_\_

▷ reversão de bens

▷ pena de perdimento de bens @beatriznamiestudies

▷ perda de bens